



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Desenvolvimento futuro das diversas medidas de apoio ao emprego durante a epidemia

A epidemia da COVID-19 já dura há três anos e tem afectado gravemente a economia e o emprego. A taxa de desemprego e a taxa de subemprego continuam a bater recordes, e muitos residentes estão desempregados ou encontram-se em licença sem vencimento, o que afecta a sua vida e a subsistência da sua família. Para atenuar a grave situação de emprego, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, para além de continuar a desenvolver o serviço de colocação profissional, tem lançado também várias medidas de apoio ao emprego, por exemplo, o Plano de formação subsidiada e o Plano de abonos provisórios para o incentivo à contratação de residentes desempregados por empregadores durante o período da epidemia, etc. Para além disso, com vista a apoiar os recém-graduados na procura de emprego durante a epidemia, o Governo lançou vários planos de estágio, incluindo o Plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho, para que estes pudessem, através dos estágios no posto de trabalho, adquirir experiência profissional e preparar-se melhor para um futuro emprego.

Com o levantamento gradual das políticas nacionais de prevenção e controlo da epidemia, a economia de Macau começa a recuperar e a situação de emprego vai também melhorar gradualmente. O rumo de desenvolvimento das várias medidas lançadas pelo Governo para apoiar os residentes no acesso ao emprego, durante a epidemia, ainda merece a nossa atenção.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No início da epidemia, o Governo utilizou 10 mil milhões de patacas da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Fundação Macau para a execução das medidas de apoio aos trabalhadores, aos profissionais liberais e aos operadores de estabelecimentos comerciais, medidas regulamentadas por três regulamentos administrativos, incluindo o Regulamento Administrativo n.º 33/2020 (Plano de formação subsidiada). De acordo com o Relatório n.º 2/VI/2021 da Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas da Assembleia Legislativa, a despesa orçamentada para o Plano de formação subsidiada foi de 436 milhões de patacas, com 60 mil vagas. Qual é o ponto de situação da execução deste Plano?

2. O Governo prolongou por mais seis meses, ou seja, até ao início do corrente ano, o prazo do Plano de abonos provisórios para o incentivo à contratação de residentes desempregados por empregadores durante o período da epidemia. Qual é o ponto de situação da execução deste Plano? Vai ser novamente prorrogado o seu prazo?
3. O Plano de formação subsidiada e o Plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho são medidas provisórias lançadas pelo Governo para promover o emprego dos residentes durante a epidemia. Com a retoma económica e a melhoria gradual da situação de emprego, qual é a ponderação e o plano do Governo para o futuro desenvolvimento destas medidas? Vai ponderar transformá-las num mecanismo permanente?

4 de Janeiro de 2023

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lei Chan U**